

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 03/2016
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.ª Secretária:** - *Maria Eduarda Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 2.ª Sessão**
25 de abril de 2016 - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:**
- **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
 - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Carlos Fernando Avelens Freitas*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

O Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Registo de Faltas.

José Baltazar Gomes Aguiar, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos, Rita Bárbara Pires Messias, Fernando Manuel Gomes Alves, Isabel Maria Branco Barreira, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Edgar Alberto Pires, José dos Santos Sousa.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *José Baltazar Gomes Aguiar*: Sessão de 17 de junho de 2016.
- *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa*: Sessão de 17 de junho de 2016.
- *Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos*: Sessão de 17 de junho de 2016.
- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 17 de junho de 2016.
- *Fernando Manuel Gomes Alves*: Sessão de 17 de junho de 2016.
- *Isabel Maria Branco Barreira*: Sessão de 17 de junho de 2016.
- *Edgar Alberto Pires*: Sessão de 17 de junho de 2016.
- *José dos Santos Sousa*: Sessão de 17 de junho de 2016.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:

Em nome da Mesa cumprimento o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e munícipes que estejam aqui presentes.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:

Bom dia a todos.

Quanto à mobilidade, a Senhora Deputada *Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos* do PS é substituída pelo Senhor Deputado *Carlos José Fraga*, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *José dos Santos Sousa* do PSD é substituído pela Senhora Secretária da Junta de Freguesia da Fradizela *Ana Lúcia Miranda Almeida Pimpão* do PSD.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 - Justificar as faltas mencionadas;**
- 2 - Injustificar a falta de *Marisa de Fátima Seixas Aranda* dado não ter comparecido e não ter apresentado qualquer justificação, conforme determina o n.º 4 do artigo n.º 43 do Regimento da Assembleia Municipal;**
- 3 - Notificar a Senhora Deputada *Marisa de Fátima Seixas Aranda*, teor desta deliberação;**
- 4 - Notificar o Representante do Ministério Público, nos termos do n.º 1 alínea i) do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.**



1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 2ª Sessão Ordinária de 25 de abril de 2016.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga, (Independente pelo PS) disse:**

Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, não podendo naturalmente participar na votação, mas já que a ata me foi entregue, apenas este reparo: à luz do Regimento desta Assembleia há uma falta injustificada da Senhora Deputada *Marisa Aranda*, penso que foi chamada à atenção à luz do Regimento, no entanto fica o reparo, tendo essa Sessão de trabalho decorrido no dia 25 de abril, um dia histórico do nosso povo e considero eu, que o valor do 25 de abril é muito superior a tudo aquilo que aqui se possa ter discutido ou trabalhado nessa Sessão de trabalho normalíssima, num dia de feriado que eu acho que é histórico, sobrepõe a tudo aquilo que a nível local possa ter sido decidido por esta Mesa.

Por isso é meu entender que essa Deputada não teria a obrigação de justificar a sua falta, porque era um dia de feriado e de feriado obrigatório.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A Mesa regista o acontecimento e irá apreciá-lo.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Marisa Alves, (PSD) disse:**

Bom dia à Mesa, bom dia Senhores Deputados, a falta injustificada não foi da *Marisa Aranda*, foi minha e foi injustificada por que eu fiquei com um dos meus gémeos doentes e não pude vir e participar na Sessão, só por esse motivo e não a justifiquei não sei muito bem por quê, mas foi por um dos meus bebés ficar doente, que eu não pude estar presente.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar a ata da 2.ª Sessão Ordinária de 25 de abril de 2016.

Antes da Ordem do Dia

----- **O Senhor Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Como eu não tenho a possibilidade de acompanhar todos os órgãos de Comunicação Social nacional, não tenho conhecimento do conteúdo da Moção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, sobre o Colégio de Torre de Dona Chama, não tenho conhecimento sobre o conteúdo da Moção da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, nem tenho conhecimento do teor da Moção sobre a Educação da Assembleia Intermunicipal, solicito à Mesa o favor de as fazer chegar atempadamente a todos, para conhecimento.

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido (CDU) disse:**

Bom dia Senhor Presidente, Senhores Secretários, Executivo e Senhores Deputados.

Aquilo que me traz aqui é extraordinariamente simples, gostava que o Executivo me pudesse esclarecer. O que é que se passa com uma casa aqui na rua, julgo que se chama Afonso III, que é uma casa onde teve alheiras para venda e que está em reconstrução? É uma casa que tem ocupação da via pública, foi metido um remendo na madeira, que embora pintado, já lá vi tropeçarem pessoas, o que é que se passa com aquilo?

Outra situação, é uma casa junto à Padaria Seramota, em que os vidros estão a cair, o estado daquela casa está de facto muito grave. Gostaria de saber se havia a possibilidade de, ou mandar demolir, ou tentar vedar aquilo de forma a que as pessoas pudessem ter alguma segurança.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga, (Independente pelo PS) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores em Regime de Permanência e em Regime de não Permanência, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Junta e eventualmente algum município presente e Comunicação Social.

Recentemente desloquei-me ao cemitério velho e constatei que em tempos foram retirados os cedros do quarteirão principal dos jazigos, mas ficaram os da entrada, na subida, que na minha opinião, também deveriam ser retirados, uma vez que constantemente enchem de lixo todas os jazigos do primeiro quarteirão e já foi solicitada a sua retirada por escrito, por uma proprietária de um desses jazigos, que até à data não obteve qualquer resposta.

----- **O Senhor Deputado Municipal Sílvio Santos (CDS/PP) disse:**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, meus Senhores e minhas Senhoras.

Como responsável pela Confraria Nossa Senhora do Amparo e pela estreita ligação que une a mesma e os municípios de Mirandela e sendo nesta Assembleia Municipal que todos estão representados, agora que estão já a decorrer as tradicionais Verbenas dos Santos Populares 2016, sendo que a primeira decorreu com grande sucesso no passado fim-de-semana, onde foram servidas mais de 600 refeições, aspeto bem demonstrativo do gosto dos mirandelenses pelo evento e a sua vontade e disponibilidade, para se juntarem à Confraria na realização das Festas da Cidade, apoiando-nos também desta forma.

Assim sendo, não poderia deixar de lhes endereçar o convite, para que nos visitem e possam usufruir dos tradicionais e saborosos petiscos, do convívio e da alegria que reina no espaço da Santuária da Padroeira da nossa cidade, num dos próximos fins-de-semana, 18 e 19, 25 e 26 de junho.

Nomeadamente, no próximo dia 26, aquando da apresentação pública e oficial do cartaz das Festas da Cidade e de Nossa Senhora do Amparo, para o corrente ano de 2016.

Aproveitando ainda e considerando que esta Assembleia apenas reunirá após as Festas da Cidade, para lhes desejar que se divirtam e aproveitem as mesmas, certo de que o grupo responsável pela sua organização, tudo fará para que o evento vá ao encontro da satisfação de todos vós.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela José Eduardo Almeida (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, público aqui presente, Comunicação Social.

No dia 23 comemoram-se 100 anos da Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, em que as Paróquias Cíveis passaram a ter a denominação oficial de Freguesias, denominando-se desde então Juntas de Freguesias.

A ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, não podia deixar de passar esta data sem que lhe dedicasse uma atenção muito especial, neste sentido, vai realizar uma Cerimónia Comemorativa na sua sede, Palácio da Mitra em Lisboa no dia 23 de junho e à tarde terá lugar uma Cerimónia alusiva à data, no Salão Nobre da Assembleia da República, seguindo-se o lançamento do livro “As Freguesias na Organização do Estado: Um Património Nacional”.

Parabéns a todas as Freguesias do nosso país e de uma maneira muito especial para as do nosso concelho, permitam-me que deixe aqui um louvor e um enorme agradecimento, a todos quantos lutaram para que as Freguesias fossem o que hoje são e para todos aqueles que colocaram e que colocam muito do seu tempo com dedicação e com muito amor à sua terra e à sua gente, servindo os seus fregueses, principalmente os mais desfavorecidos.

Um abraço a todos os que tiveram e têm esta nobre missão, que é servir.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Eu vou falar de um tema completamente diferente daquilo que estão aqui a falar, que tem a ver com o chamado Brexit – Grã-Bretanha Exit.

É muito bonito estarmos aqui a falar de escolas, a falar de Contratos de Associação, mas temos de saber de onde é que vem o dinheiro, essa é a primeira análise que eu faço.

Há um referendo que está marcado para o dia 23 de junho, no Reino Unido, como vocês devem saber, hoje é um tema de conversa na comunicação social, em que desde sempre Londres é uma força de bloqueio à transferência da soberania para Bruxelas, o referendo que está marcado para o dia 23 e de acordo com as sondagens, realizadas online e também pela Guardian e pelo Observador, dão uma vantagem significativa à saída da Grã-Bretanha da União Europeia.

De acordo com as sondagens, 53 % dos inquiridos entre os 18 e 34 anos apoiam a manutenção do Reino Unido na União Europeia, contra 29% a favor do Brexit. No grupo dos 35 a 54 anos, 38% vota pela manutenção e 42% prefere sair da União Europeia. E tem-se visto ultimamente uma agonia completa em relação à Europa, há cada vez mais britânicos indecisos, ou a pensar votar no não no referendo à União Europeia. Como vocês sabem ainda ontem uma Deputada Trabalhista infelizmente foi assassinada por um indivíduo que fazia publicidade à saída, do não da Grã-Bretanha da União Europeia.

Isto vai criar uma situação de incompatibilidade em termos de Bolsas de Mercado a nível da Europa, não é só a nossa Bolsa que está em saldo negativo, o PSI-20 tem baixado sistematicamente em termos bancários, como também o italiano, a mesmíssima situação e outros Bancos estão com um medo terrível de que o Brexit ganhe na Grã-Bretanha e isso vai ser um “Dia D”, eu não sei o que é que vai existir para lá desse dia.

Não vejo uma perspetiva a curto ou a médio prazo, como dizem os nossos comentadores e analistas financeiros, não se sabe o que vai acontecer, é “baralhar cartas” e “dar cartas”, mas como é que são essas “cartas”? Ninguém sabe aquilo que irá acontecer e o que nos irá acontecer também a nós, no nosso país.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, meus Senhores e minhas Senhoras.

Eu aqui também no contexto da aprendizagem, do ensino e desta importante atividade, enquadro a minha intervenção de hoje.

E quando falo neste aspeto, vem-me de certo modo à cabeça várias palavras que se ligam e que se interligam e que vão fazendo um contexto e essas palavras fazem-me ir até à primeira intervenção que fiz nesta Assembleia Municipal, a que se chamou Transparência e quando eu fiz essa intervenção achei interessante, porque tive de tornar opaca a transparência para ela se poder ver e então uma transparência opaca tem sempre que se lhe diga, foi um erro com certeza.

Entretanto, ligado ao conceito de transparência na nossa vida, que se sente e que não é preciso estar a falar, constatámo-la na vida do dia-a-dia, quando fazemos determinado tipo de intervenções na sociedade, como eu tenho feito, não individualmente, mas em equipa, ligado a isto vem a palavra cidade, depois vem a palavra Câmara, Senhor Presidente e Senhores Vereadores e a dinâmica que têm imposto aqui na cidade.

Esse é um aspeto que gostava de referir aqui porque tem-se a noção de um trabalho muito cuidado e muito intenso em Mirandela, quando nós organizamos uma estrutura que vai participar nessa cidade e eu tenho estado a partilhar um trabalho extraordinariamente interessante, que iniciou em janeiro e que é a Universidade Sénior Rotary de Mirandela. É uma intervenção que tem tido uma vida no dia-a-dia, muito mais interessante do que aquilo que eu previa, exatamente por todos estes contextos que tenho estado a falar e pela junção que tenho de fazer das pessoas que se inscreveram.

É um universo de pessoas, na generalidade mais de 95 % de pessoas acima dos 60 anos, que têm uma vida, uma participação no dia-a-dia, uma vontade de aprender e criam-se contextos de aprendizagem que me têm surpreendido de uma maneira impressionante.

Estamos a falar de um universo que neste momento anda nas 100 inscrições, o ano escolar acaba no dia 03 de julho, com uma atividade organizada e desenvolvida de uma forma ativa pelos alunos da Universidade, que estão perfeitamente preparados para falar, quer do património da Nossa Senhora do Amparo, quer das suas intervenções ao nível da música, têm um Grupo de Cavaquinhos, que tem sido uma forma de unificação, uma forma de alegria e uma forma de exteriorizar essa alegria e ao mesmo tempo temos estado a viver e a ter necessidade de aumentar o espaço e temos tido a sorte de neste convívio horizontal entre as instituições, da qual nós já fazemos parte, temos tido o apoio, sempre que necessário, das outras instituições e isto é uma mais-valia fantástica que tenho encontrado em Mirandela, que me tem dado um prazer e que me motiva ainda mais.

A Universidade Sénior em Mirandela está a ser uma experiência fantástica, tem superado todas as expectativas que eu tinha e francamente, pessoas com uma idade superior a 60 anos que têm uma vida e uma partilha dessa vida e estado de espírito e até de humor, que acho fantástico para o tempo que estamos a viver.

Se por acaso alguns dos Membros da Assembleia, quiser participar e estar presente no dia 03 de julho, a partir das 10.00 hrs, no Santuário Nossa Senhora do Amparo, é um gosto para a Universidade Sénior.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, público, um bom dia a todos.

Em relação à casa da rua D. Afonso III, o que se passa com a casa é um problema de licenciamento junto da Direção Regional da Cultura do e enquanto não há a resolução desse problema, que tem a ver com questões ligadas ao relatório ecológico da obra. A obra esteve parada para ser feito um estudo arqueológico, existem alterações que tiveram de ser feitas ao nível das exigências da Direção Regional da Cultura e dos condicionalismos que colocam.

Neste momento já foi obtido um acordo com a Direção Regional da Cultura, para que possam continuar as obras.

Em relação à casa junto à Padaria Seramota, neste momento está a decorrer o período de notificação dos herdeiros, mas nestes casos a capacidade de intervenção da Câmara Municipal é limitada e como tal foi aprovado aqui nesta Assembleia duas ARU's – Áreas de Reabilitação Urbana, isto para que a Câmara Municipal possa ter mais força e legalidade perante estas situações, para que possa intervir. Do ponto de vista legal, para lá de a Câmara Municipal notificar e impedir que exista algum perigo sobre a população, isto é, vedar e retirar aquilo que está em risco de queda, não tem grandes capacidades legais de intervenção.

Estrategicamente depois de termos as ORU's – Operações de Reabilitação Urbana aprovadas podemos entrar em processos de expropriação, de intervenção forçada ou venda forçada.

Em relação à situação do cemitério, o que me deixa preocupado perante essa situação é que existe um officio que deu entrada na Câmara Municipal há já algum tempo e que não foi respondido. Se isso aconteceu terei que o avaliar, porque somos uma Câmara certificada que tem um conjunto de obrigações e se não foi dada uma resposta a este pedido terá de ser feito rapidamente. Irei transmitir este pedido aos respetivos serviços e eles irão responder de acordo com o que consideram mais adequado. Em relação ao officio, se se confirmar que deu entrada na Câmara Municipal, terão a resposta adequada muito brevemente.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira (PS) disse:**

Muito bom dia, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Informação do Senhor Presidente da Câmara, apenas destaco um aspeto que penso que engloba praticamente tudo, ou o mais relevante e tem a ver com a V Semana da Juventude e do Desporto que decorreu do dia 28 de maio a 07 de junho, se bem que tenho uma palavra também ainda a dizer sobre o dia 25 de maio, o Dia das Cidade, em cujas celebrações estive presente e que louvo particularmente a apresentação do livro de *Armando Sarmento Figueiredo*, que já comecei a ler e cujo título pode induzir um pouco em erro, pensando que tem a ver essencialmente com os Bombos, mas não, é uma leitura extremamente interessante.

Relativamente à V Semana da Juventude e do Desporto, estive presente em algumas atividades, há uma palavra de apreço por todas elas, mas de facto não posso de maneira nenhuma pronunciar-me cabalmente, porque como o Senhor Presidente disse, foram mais de cem atividades, se por um lado eu louvo e louvo-as, por outro lado seria completamente impossível ter público para tantas atividades, público em termos de assistência. Refiro essencialmente a Feira do Livro, na qual estive presente em grande parte das atividades, não vou lamentar a falta de pessoas na assistência, porque isso é um problema que ultrapassa quem organiza as atividades.

Apelo talvez à necessidade de se fazer uma avaliação de todas estas atividades, do público que esteve presente e pensar se vale a pena continuar, em tão pouco espaço de tempo levar a cabo tantas e boas atividades, não estou a colocar em causa a qualidade das atividades, estou a colocar em causa a quantidade em tão curto espaço de tempo.

Gostaria de ter estado em muitas outras atividades, mas era de todo impossível, sendo que tantas atividades são tão ricas, eu vou-lhe dizer mesmo em termos culturais, porque mesmo a prática de desporto, para mim tudo isso é cultura, temos de ter uma conceção abrangente do que é cultura, sou contra a conceção elitista do conceito.

Relevo ainda, dentro da Feira do Livro uma atividade de uma qualidade excepcional, que foi a Tua Escrita, com personalidades de um pensamento riquíssimo e que infelizmente Mirandela não soube aproveitar. Após cada atividade impõe-se sempre uma avaliação, não para melhorar a atividade, mas para pensar ou repensar calendários, é apenas a partilha de um sentir, eu própria não estou em muitas atividades muito ricas, por questões de compromissos pessoais e familiares, é apenas uma partilha.

De um modo geral, tudo que mexa, que faça mexer Mirandela, eu aprovo, inclusivamente não é a primeira vez que escrevo sobre atividades realizadas na minha cidade. O que é bom, aquilo que eu gosto, seja qual a força política, ou seja qual a força institucional, é sempre de louvar e já que aqui foi falado, embora não esteja dentro desse ponto, queria reiterar as palavras que foram proferidas pelo colega desta Assembleia, o Professor *Pedro Beato*, todas as forças vivas e de facto a Universidade Sénior é já uma força viva desta cidade, são extremamente importantes e força para as forças vivas de Mirandela.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia, digníssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, ilustres Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidentes das Juntas de Freguesia.

Normalmente sobre o Assunto da Informação do Senhor Presidente da Câmara, a Bancada do PSD por vezes faz uma intervenção, mas não se sente muito à vontade naquilo que porventura possa dizer, porque o documento elaborado e apresentado é sucinto, é esclarecedor e retrata minuciosamente tudo o que aconteceu nos últimos tempos na cidade de Mirandela.

É direito desta Assembleia e de todas as Bancadas apreciarem o Documento, nem sempre as outras Bancadas o fazem, hoje congratulo-me com a colega *Odete Ferreira* ter apreciado o Documento, louvou as iniciativas, críticos por elas serem muitas, não sei se estará aqui a dizer que hoje não é importante serem tantas, mas sim melhores, mas aquilo que verifiquei nesta última apreciação do Documento e nomeadamente, em relação à V Semana da Juventude e do Desporto, é que esta semana comparativamente com outras semanas, se as outras eram intensíssimas e com atividades riquíssimas, porque todas elas são feitas por mirandenses, onde os mirandenses são os verdadeiros atores, este ano consegui ainda acrescentar atividades de valor acrescentado, onde puderam também ilustres personagens da sociedade portuguesa, técnicos que aprendemos todos os dias a apreciar pelas suas intervenções, virem a Mirandela e fazer atividades significativas e de grande gosto.

Este Documento, se me permitem só referir duas ou três atividades nomeadamente, as comemorações do 25 de abril, Mirandela durante muito tempo não tinha um plano de atividades associado a este dia, era simplesmente o ato significativo do Hastear da Bandeira, elas hoje tomaram um significado diferente, assim como o Dia da Cidade, onde temos vindo a assistir todos os anos à apresentação de livros sobre factos e personagens ilustres que marcaram a vida desta Vila e desta Cidade, num tempo ainda relativamente curto.

Discutia isto com alguém que me chamava à atenção, no fundo este Documento retrata aquilo que temos vindo a retratar em Orçamentos que aprovamos ou não aprovamos aqui nesta Assembleia, isto não é mais do que colocar no terreno aquilo que nós chamamos em Orçamento, o Senhor Presidente da Câmara tem retratado isto muito bem nos documentos específicos, naquilo que é Mirandela sustentável, naquilo que é Mirandela criativa, naquilo que é Mirandela cooperante, naquilo que é Mirandela ativa e naquilo que é Mirandela inovadora. Especificamente este período e este conjunto de atividades, retratam muito bem esta Mirandela, conversava com alguém, mas faltam algumas inaugurações, não sei se é verdade que faltam algumas inaugurações, mas como está anunciado o PEDU e 14,5 milhões de euros para intervenções na rede urbana, estou convencido que os próximos documentos terão mais inaugurações.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores deputados agradeço e tenho que em verdade de justiça dizer, que concordo com a Deputada *Odete Ferreira*, foram cem atividades, de características diferentes, nessa Semana tivemos não só a Feira do Livro, mas também o Dia da Criança, a Feira Profissional, houve muitas atividades cruzadas e a carga, acho que se sentiu sobre todos nomeadamente, sobre os funcionários municipais que tiveram um período bastante extenuante para poderem responder a todas estas solicitações.

Esta Semana traduziu de forma muito interessante, aquilo que é a força da sociedade civil de Mirandela, porque muitas das atividades são desenvolvidas por essa sociedade civil e com essa sociedade civil, mas reconheço que é muita atividade e teremos de pensar em formatos e em modalidades diferentes, estamos a fazer essa reflexão.

4.2 – Alteração de Estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 16 de maio de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: Na sequência da reunião do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, aos vinte e seis de abril de dois mil e dezasseis, a respetiva Assembleia Intermunicipal, aprovou a transmissão de ações dessa Associação na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., para os Municípios que a integram da seguinte forma: 1.810 seriam transmitidas para o Município de Alfândega da Fé, 2.261 para o Município de Carrazeda de Ansiães, 5.595 para o Município de Macedo de Cavaleiros, 8.459 para o Município de Mirandela e 2.375 para o Município de Vila Flor, passando estes, a integrar a dita empresa.

Considerando o interesse público que representa para o Município de Mirandela, continuar a beneficiar dos serviços prestados pela Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., nomeadamente no que concerne à sua atividade no âmbito dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos, das energias renováveis, bem como do tratamento automático de informação, de planeamento territorial, habitação e de transportes públicos, e eventualmente outras que venha a desenvolver. Bem como a participação direta do Município, nos órgãos sociais da empresa, permitir otimizar a prossecução dos seus interesses, a mais justa representação e consequente, defesa dos interesses

e satisfação das necessidades da população, afigura-se como solução ideal a participação direta do Município Mirandela na empresa, passando a ter um total de 8459 ações, valor calculado com base na população do Município, e a participação da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, naquela empresa.

Nesta conformidade, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a Alteração dos Estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;
- 2 - Aprovar, em sede de reunião do executivo, a transmissão de 8.459 ações ao Município de Mirandela, devendo em sequência, ser a mesma remetida para apreciação e deliberação à Assembleia Municipal de Mirandela, nos termos das respetivas competências.”

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Esta alteração de Estatutos passa essencialmente por um momento em que a Câmara Municipal não era efetivamente acionista da Resíduos do Nordeste, quem era acionista da Resíduos do Nordeste era a Associação de Municípios da Terra Quente, a Associação de Municípios da Terra Fria e Associação de Municípios do Douro Superior e com esta alteração de Estatutos a Câmara Municipal de Mirandela e as outras Camaras que vão assinar os Estatutos, passarão a ser acionistas diretas desta empresa.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 abstenção da CDU e 45 votos a favor, aprovar a Alteração de Estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

4.3 – Apoio às Juntas de Freguesia do Concelho de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 16 de maio de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a alteração nas diversas formas de apoio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) para 40.000,00 € (quarenta mil euros) a afetar a cada Freguesia/União de Freguesia do Concelho de Mirandela;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga*, (Independente pelo PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, sobre este tema pedia um breve esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, porque o que aqui está em causa é o aumento de um subsídio às Juntas de Freguesia em todo o concelho de Mirandela, devido nomeadamente, às condições climatéricas do inverno recente. Perguntar e para ser encontrado este valor, o passar de 10 mil euros para 40 mil euros, certamente algum trabalho foi desenvolvido para aferir com rigor esta verba que aqui é proposta.

Queria ser esclarecido sobre este ponto e se num caso ou noutro pontual, não haveria uma ou outra Junta de Freguesia que possivelmente porque foi mais afetada, porque há zonas que foram mais afetadas e outras menos afetadas, eventualmente poder ter alguma majoração em casos pontuais e a algumas Juntas de Freguesia, dados os estragos que houve pelo rigoroso inverno.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, clarificar que esta Proposta que aqui é apresentada não diz respeito especificamente a apoio financeiro, a Câmara Municipal apoia a Juntas de Freguesia de muitas formas nomeadamente, cedência de materiais e outras situações e tem de haver uma cobertura legal, porque hoje em dia qualquer “parafuso” que sai do armazém tem de ter um destino e tem de estar identificado, ficando registado como uma cedência em espécie. Este valor vem responder às necessidades que vão existir a esse nível e também todos os apoios financeiros enquadrados dentro deste mecanismo legal que estamos neste momento a aprovar, terão de ser também aprovados posteriormente dentro do mecanismo legal da atribuição do respetivo subsídio, que é o que vai acontecer a seguir, não o podendo fazer sem este enquadramento legal.

O que a Câmara vai fazer já na próxima Reunião de Câmara é propor um apoio financeiro às Juntas de Freguesia para fazer face às dificuldades e dependendo das diversas situações, pode haver uma Junta de Freguesia que em vez de apoio financeiro prefira apoio material o qual está valorizado como apoio financeiro através do enquadramento legal.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Apoio às Juntas de Freguesia do Concelho de Mirandela, conforme proposto.

4.4 – Proposta de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 maio de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a versão final do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo do Município de Mirandela;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 abstenção da CDU e 45 votos a favor, aprovar o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo do Município de Mirandela.

4.5 – Decisão de Contratar: “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS 1: Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal - Troço da Rua da República, Av.ª das Comunidades Europeias, Av.ª Duques de Bragança, Acesso A4, Av.ª da Galiza e Troço da Rua Rafael Bordalo Pinheiro”.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30 de maio de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 – A abertura do Concurso Público que visa a realização da empreitada designada por “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS 1: Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal - Troço da Rua da República, Av.ª das Comunidades Europeias, Av.ª Duques de Bragança, Acesso A4, Av.ª da Galiza e Troço da Rua Rafael Bordalo Pinheiro”;
- 2 - As peças procedimentais;
- 3 – O preço base no valor de 2.200.000,00 € (dois milhões e duzentos mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor;
- 4 – O prazo de execução de 400 (quatrocentos) dias;
- 5 – A constituição do júri referida na Informação Técnica;
- 6 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Silvio Santos* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a minha intervenção sobre o PAMUS 1 – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, refere-se em concreto a este Plano e de forma mais genérica ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que recentemente foi celebrado pela Câmara Municipal de Mirandela.

“No atual contexto socioeconómico que a Europa no geral e Portugal em concreto atravessam, apesar de estar agora instalado um clima mais otimista, devemos continuar a manter atitudes, medidas e procedimentos que salvaguem e garantam um futuro realmente mais favorável, assente em prerrogativas sólidas e sustentáveis. Este princípio não deve afetar o normal e desejável desenvolvimento das sociedades e das infraestruturas de suporte das mesmas, fundamentais para a manutenção e contínua evolução da Europa, Países, e em última linha dos Municípios onde vivemos o nosso quotidiano.

Assim, foi com visão positiva e de satisfação que tomei conhecimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano-PEDU formalizado sob a forma de contrato no dia 31 de maio de 2016 que assegura ao Município de Mirandela uma importante verba que abrangendo as prioridades de investimento, dadas a conhecer no documento disponibilizado aos membros desta Assembleia, podem de facto promover estratégias que se traduzam em mais-valias económicas, ambientais, climáticas, demográficas e sociais bem como de desenvolvimento urbano e sustentável.

Tenho que aqui me congratular com tal apoio obtido, desejando que os investimentos na Mobilidade Sustentável, na Reabilitação Urbana e nas Comunidades Desfavorecidas, traduzam uma nova vitalidade para Mirandela e se tornem em importantes fatores impulsionadores do crescimento salutar do Município de Mirandela.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui Sá* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Senhores Deputados Municipais, a todos, muito bom dia.

Vou falar um pouco do contrato do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que a Câmara Municipal de Mirandela assinou no dia 31 de maio, em Santa maria da Feira e neste sentido dizer que este contrato foi assinado ainda com a CCDR-N e um contrato de financiamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU, que representa um investimento global de 14,5 milhões de euros, que corresponde a uma dotação de FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional de 12 milhões de euros.

É uma dotação que muito nos alegra e que nos faz prever que seja um período que inaugure um investimento muito bom para o concelho e que contribuirá certamente de forma muito válida para o desenvolvimento económico do nosso concelho.

O quadro de compromissos financeiros aprovado, foi distribuído por três prioridades de investimento, sendo que para o PI – Plano de Investimento da Medida 4.5 – Mobilidade Sustentável, foram atribuídos 6,105 milhões de euros de FEDER a que corresponde um investimento total de 7,2 milhões de euros aproximadamente, que é o denominado PAMUS 1.

Depois temos a Reabilitação Urbana, foram destinados 2,4 milhões de euros em FEDER a que corresponde um investimento total de 2,8 milhões de euros aproximadamente, sendo ainda reservados mais 3 milhões de euros para um instrumento financeiro que vai ser criado para apoiar o investimento privado e ainda foi aprovada sem dotação uma intervenção de 2 milhões de euros que aguarda programação, que será o PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana.

Nas comunidades desfavorecidas, o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas foram aprovados 2,125 milhões de euros de FEDER a que corresponde um investimento total de 2,5 milhões de euros, sendo reservados 75 mil euros, para o instrumento financeiro PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecida.

O PAMUS 1 de Mirandela está em alinhamento com o PAMUS da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, e identifica um conjunto de intervenções essencialmente na promoção da criação de Redes Cicláveis e melhoria do Modos Suaves.

Temos já uma obra em andamento, já foi lançado o concurso e vem aqui o Ponto que agora vai ser votado na Assembleia, que será a Estrada de Acesso Norte, dos Bombeiros velhos até ao nó da Autoestrada.

O PARU de Mirandela identifica de forma prioritária um conjunto de intervenções de reabilitação urbana, com destaque para a envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo e o corredor verde Reginorde/Parque do Império.

Depois o PAICD, assenta essencialmente na reabilitação das habitações sociais que são propriedade da Câmara Municipal e estão previstas intervenções nas habitações do Bairro Operário, do bairro da Preguiça e Vale da Azenha, estas intervenções serão ainda completadas por intervenções nos espaços envolventes.

Com esta aprovação do PEDU, fica garantido o mais significativo ciclo de investimentos para Mirandela até ao ano 2020.

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu creio que esta explicação que foi dada aqui pelo amigo Rui Sá, devia ter sido explicada pelo Executivo, o Executivo na minha opinião é que devia explicar à Assembleia Municipal o que isto é e para que serve. Devia ser mais concreta, na minha opinião, a explicação do Executivo daquilo que se pretende fazer para Mirandela.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, senhores Deputados, esta discussão foi um pouco antecipada, talvez por uma questão de agenda da Ordem do Dia que podia ter sido feita de uma forma diferente. Este Ponto deveria vir agendado a seguir ao Ponto 4.7 – 2.ª Revisão Orçamental, isto porque o Ponto 4.7 tem anexo o Contrato que assinamos do PEDU, que de forma global tem todas as intervenções e este Ponto 4.5 é específico em relação à decisão de contratar uma das componentes desse Plano.

Tive a oportunidade de apresentar na Câmara Municipal, aos Senhores Vereadores estes projetos para que tenham conhecimento deles de uma forma diferente, mais gráfica, mais envolvida e nesse sentido disponibilizo-me também a fazer essa apresentação a todos os Senhores Membros da Assembleia se assim o desejarem, mas visto ser uma apresentação bastante demorada porque se trata de um projeto de alguma dimensão e algum envolvimento, sugeria que fosse feita em data e hora a agendar.

O PEDU é um Projeto Estratégico de Desenvolvimento Urbano, como foi dito é um documento estratégico, enquadrado dentro das condicionantes que nos foram dadas por quem titula a atribuição dos Fundos Comunitários. É um documento que congrega três documentos e são documentos estratégicos, um documento estratégico na área da mobilidade, Modos Suaves, Reabilitação, um documento estratégico na área da Reabilitação Urbana e um documento estratégico na área de Apoio às Comunidades Desfavorecidas.

A Câmara Municipal fez um processo interno de planeamento, que alargou muito mais o âmbito do que o que está aqui e esse processo de planeamento deu origem a um documento que foi candidatado a um Programa Comunitário, um Plano Estratégico chamado PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e esse projeto ficou limitado à dotação financeira que nos foi atribuída, que neste caso é uma dotação financeira de 14,5 milhões de euros de investimento, isto é, incluindo o investimento da Câmara Municipal e 11 milhões de euros de FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que é o dinheiro financiado pelo Estado.

Existem três intervenções, uma na área da mobilidade e esta obra é a primeira, a intervenção desde o nó da A4 até à rua da república, não é uma obra apenas de colocação de novo piso, é uma obra que passa pela manutenção integral dos passeios, da sinalização, entre outros, é uma obra que tem a ver com mobilidade urbana, mas é a primeira de um conjunto de intervenções que representam 6,1 milhões de euros em FEDER em Mirandela, outras intervenções que posso aqui dar o exemplo será desde logo a ligação da Rotunda das Pirâmides à Rotunda do Parque de Campismo, a intervenção desde o Hospital até ao cemitério novo, entre outras. São intervenções que constam do documento estratégico.

A parte da reabilitação urbana, é essencialmente intervenção da reabilitação urbana ao nível de áreas simbólicas e julgo que a mais emblemática, é uma intervenção na envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, que irá reabilitar toda a área envolvente. De destacar também que esses processos estão a ser praticamente todos eles realizados por Técnicos da Câmara Municipal, o que é algo que nos deixa bastante satisfeitos, mas para lá dessa intervenção, temos outra intervenção que será entre a Reginorde e o Parque Império, Reabilitação Urbana e depois temos intervenções em alguns edifícios municipal e temos a expectativa que haja possibilidades de reforço destas verbas se formos eficazes.

A outra componente de intervenção tem a ver com a Reabilitação de Habitações Sociais, é preciso destacar que reabilitaremos as habitações sociais que são propriedade da Câmara Municipal, neste caso o Bairro Operário e o Bairro do GAT, o Vale da Azenha ainda não tem necessidades profundas e a Câmara Municipal cedeu ao IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana uma das verbas da Câmara para que o Instituto possa intervir nos seus Bairros.

Destaca-se aqui um valor que já aqui foi falado, que tem a ver com o chamado instrumento financeiro, que está a ser constituído neste momento, que irá servir para apoiar a reabilitação dos privados, este instrumento financeiro pressupõe que o privado quando tiver uma situação de reabilitação urbana, terá de concorrer a esse mesmo instrumento e será financiado através desse mesmo instrumento. Isto significa que a estratégia de criar a ARU – Área de Reabilitação Urbana, foi fundamental para podermos concorrer ao PEDU, porque o PEDU está baseado e assente nas duas áreas delimitadas e está também baseado e assente no conceito que a ARU vai fazer de Reabilitação Urbana integral da cidade.

É evidente que existiam intervenções que identificamos e que gostaríamos de realizar, mas que estão limitadas por questões dos próprios programas comunitários, é evidente que havia sempre outras possibilidades de intervir, mas penso que 14,5 milhões de

euros de investimento ou 11 milhões de euros de FEDER para Mirandela e para os próximos anos é uma vitória muito grande e pode representar a reabilitação integral do espaço público de Mirandela, mas também muito do edificado de Mirandela.

É um projeto que nos anima, é um projeto que nos orgulha, porque é um projeto de conceção e projeção interna e que envolve situações emblemáticas que iremos executar.

PAMUS 1 é a primeira obra que neste momento está a concurso, vem aqui para aprovação da Assembleia Municipal porque o valor é elevado e neste momento iremos colocar a concurso todas aquelas que venham a ser concluídas uma vez que no dia 31 de maio foi assinado o Contrato do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que vem anexo à 2.ª Revisão Orçamental.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Decisão de Contratar: “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS 1: Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal - Troço da Rua da República, Av.ª das Comunidades Europeias, Av.ª Duques de Bragança, Acesso A4, Av.ª da Galiza e Troço da Rua Rafael Bordalo Pinheiro”.

4.6 – Prestação de Contas Consolidada – 2015 – Agro-Industrial do Nordeste S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de junho de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2015 – Agro-Industrial do Nordeste S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, excelentíssima Vereação, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia.

É meu costume intervir nesta área e de facto estamos aqui a tentar ver a Consolidação das empresas e deparo com alguma perplexidade e com alguma dificuldade em abordar este tema agora.

Primeiro porque pela interpretação que é dada pelo Executivo, no sentido de não serem integradas as entidades participadas que cujo capital não é significativo. E fico numa perplexidade muito grande, no que respeita à análise do Regimento da Assembleia Municipal, sinceramente já não sei, porquanto “...é competência desta Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração.”, “Com base em informação disponibilizada pela Câmara Municipal.” E eu perguntaria: O que são empresas locais Senhor Presidente? Eu gostaria de saber quais são as empresas que estão no âmbito desta análise e depois de saber prosseguirei a minha intervenção.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Câmara Municipal responde aquilo que é a Lei e a Lei implica que sejam estas as empresas consolidadas, por mais que não concordemos com a Lei, estamos perante a Lei.

Na página 10, no ponto 5.2 do Documento refere as entidades excluídas do perímetro de consolidação, Águas de Trás-os-Montes, Hospital Terra Quente, Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua – Associação ADRVT, entre outras, foi enviado para os Líderes dos Grupos Parlamentares uma cópia de todos os documentos referentes às contas destas entidades, ou seja, das entidades que são excluídas do perímetro de consolidação.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Gostaria de ter uma palavra sobre o problema do Cachão, parece que houve uma visita e essa visita ainda não deu nenhum resultado, não sei o que é que se passa, mas espero e tenho a certeza que estão a ser feitos todos os esforços no sentido de não deixar cair uma infraestrutura que foi tão importante para o desenvolvimento local e que tem a oportunidade de continuar a ser.

Queria-me referir mais explicitamente ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela está na situação que todos nós sabemos que está, “...face ao exposto...”, diz-se aqui no documento, “... estão citadas todas as condições para dissolver a empresa em julho de 2016, o mais tardar...” e que será que vai acontecer, salvo se algo muito extraordinário acontecer, o que se não vislumbra.

Lembro que faz parte da informação que aqui está presente, que há perigos importantíssimos no que respeita ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, fiquei preocupado até porque a minha origem foi na área dos seguros e nem quero pensar que as locomotivas andam sem seguro! Já nem me refiro às indemnizações e a todo o resto que havia de um acidente que houve há anos, mas estou a referir-me agora, em que se uma pessoa ou um turista ou alguém for apanhado por uma locomotiva, ou se houver um acidente qualquer e que não haja seguro.

Não estou a referir-me aos investimentos de 50 mil euros por cada locomotiva, porque isso apenas se traduz em 100 mil euros, valor que não é significativo em relação aos milhões que são citados no documento, mas lembro que esta situação é gravíssima e gostaria de ter da parte do Executivo uma informação sobre o que é que se pensa fazer em termos de gestão sobre estas duas empresas participadas.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à AIN, eu oiço todos os dias o verdadeiro lirismo e até o oportunismo político de alguns Deputados que vão visitar uma instalação e não convidam sequer a Administração e não convidam sequer os acionistas e depois o lirismo de dizerem: “as Câmaras deviam...”, mas se não fossem as Câmaras o Cachão estava fechado e vocês que são Deputados desta Assembleia basta consultarem as Contas e verificarem quanto é que a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor estão a colocar na AIN para se manter ativa, com um esforço enorme garantindo que as únicas entidades que têm o mínimo de esforço sobre a AIN, são as duas autarquias, tudo o resto é lirismo e eu só oiço lirismo sobre a AIN, porque nunca vi uma intenção concreta de ninguém politicamente, nem do Governo, nem da Oposição.

As Camaras têm feito um investimento enorme, têm trabalhado imenso para que seja possível encontrar uma solução, mas devia ser uma solução regional. Também seria bom destacar não só os aspetos negativos, mas também os aspetos positivos, vejam os resultados da AIN deste ano, porque é que não se destaca o facto de a AIN ter resultados positivos, embora tenhamos um passivo elevado e de o estarmos a pagar, temos resultados positivos tal como acontece no Metropolitano Ligeiro de Mirandela, desde que sou Presidente da Administração do Metropolitano Ligeiro de Mirandela nunca apresentei resultados negativos.

Com todos estes constrangimentos em relação à AIN apenas vejo lirismo e nada mais, porque só falam de o que era a AIN, ninguém diz que a AIN de hoje tem uma Etar para 40 mil habitantes o que significa que qualquer empresa industrial se pode lá instalar, também ninguém diz que tem gás natural e qualquer empresa que necessite de energia barata a AIN tem, estamos a falar dos últimos anos, não estamos a falar do passado. Ninguém diz que a AIN tem fibra ótica, ninguém diz isso, aquilo que dizemos é o que é negativo, porque é o que nos interessa e aqueles que apontam para o negativo são precisamente aqueles que depois vêm com o lirismo.

Em relação ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o Metro está neste momento a cumprir uma função que não é dele, mais uma situação, venham os defensores da linha do Tua dizer-me que se não fosse o Metro a cumprir esta função não tínhamos linha, defender é fácil, mas pagar, aguentar e estabilizar já não é tão fácil. O Metro neste momento vive uma situação que já devia estar parado, porque o Plano de Mobilidade do Vale do Tua já devia estar a estar a funcionar e não está. O que estava previsto era que em agosto deste ano iniciasse a Mobilidade Quotidiana no âmbito do Plano de Mobilidade do vale do Tua, a mobilidade turística está efetivamente em curso, a linha está completamente reabilitada entre Brunheda e Cachão e neste momento estaria pronta para ser circulada em termos de transporte. O que se passa é que do ponto de vista de Mobilidade Quotidiana ninguém diz ou faz nada, a única instituição que o faz é o Metropolitano Ligeiro de Mirandela.

Quando falamos da questão de o Metropolitano Ligeiro de Mirandela não ter seguros, ninguém repara que o que está dito no documento e o que está em causa é a continuidade de ter seguros, por um motivo muito simples, é que o Metro opera por serviço entre o Cachão e Mirandela e numa operação por serviço o Metro está a fazer um trabalho para a entidade que explora aquela linha e neste momento já ninguém sabe quem é que explora aquela linha, neste momento temos apenas a palavra do Senhor Secretário de Estado que disse para o metropolitano Ligeiro de Mirandela continuar.

Para todos os efeitos aquele troço que ainda não foi desafetado, aquele troço pertence à Rede Ferroviária Nacional e a responsabilidade de uma Rede Ferroviária Nacional não é certamente da Câmara Municipal de Mirandela e não é certamente do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, isso significa que neste momento o Metro está a operar de forma dúbia dentro desse canal.

O Senhor Secretário de Estado deu ordens à CP para pagar até final de junho, a partir do mês que vem, em princípio há um compromisso verbal, mas não existe qualquer compromisso escrito, então o que é que vamos fazer a partir do dia 30 de junho?

Temos duas opções, ou pára o serviço, ou continua o serviço, mas se a Câmara Municipal de Mirandela pára o serviço fica-se com a ideia que é a Câmara Municipal de Mirandela que o está a parar, mas quem está aqui em causa são as entidades que tutelam e que receberam no caso da linha mais de 25 milhões de euros de indemnização por a linha ser submersa na zona da Barragem. O Metropolitano Ligeiro de Mirandela desses 25 milhões de euros não recebeu rigorosamente nada, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela se quiser fazer alterações aos horários não o pode fazer, porque o Metropolitano Ligeiro de Mirandela é um apenas prestador de serviços.

A Câmara Municipal de Mirandela apenas assumiu o papel de responsabilidade e tem registado sempre estes constrangimentos nas Contas para que fique no histórico e para que as pessoas entendam o esforço que estamos a fazer e mesmo assim durante o ano de 2015 a Câmara Municipal de Mirandela não transferiu nenhuma verba para o Metropolitano Ligeiro de Mirandela e isso significa que estamos a fazer uma gestão rigorosa e adequada e é sinal que não estamos a penalizar a nossa região, antes pelo contrário, estamos à nossa custa a valorizar a nossa região, quando quem devia fazer esse trabalho são aqueles que beneficiaram com o encerramento da linha.

----- **O Senhor Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Membros, quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela pela exposição que apresentou e dizer-lhe que comungo inteiramente dos esforços que a Câmara tem estado a desenvolver e que o objetivo da minha intervenção era exatamente termos aqui toda esta informação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhores Deputados, não sendo privilégio da Mesa fazer qualquer tipo de comentários sobre as intervenções dos Senhores Membros desta Assembleia ou do Executivo porque não estão previstos no Regimento, não posso neste momento deixar de comungar da mesma opinião do Senhor Deputado sobre a natureza, sobre a clareza, sobre a objetividade, da informação com que o Senhor Presidente da Câmara nos privilegiou sobre esta matéria do Cachão e do envolvimento de uma parte muito crítica e muito comentada, da minha parte pessoal como mirandense e como interessado nestas questões, agradeço-lhe essa informação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 abstenção da CDU e 45 votos a favor, aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2015 – Agro-Industrial do Nordeste S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.

4.7 – 2.ª Revisão Orçamental.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de junho de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a 2.ª Revisão Orçamental de 2016, elaborada para inclusão dos valores inerentes aos investimentos constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Mirandela;
- 2 – Submeter o referido documento à votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, excelentíssima Vereação, minhas Senhoras e meus Senhores.

Gostaria de pedir antes de mais um pequeno esclarecimento, se esta Revisão Orçamental é motivada pela aprovação do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano? Mas eu vejo nesta Revisão Orçamental que a verba destinada às escolas, por exemplo, é incrementada 1,4 milhões de euros e julgo que isto merece uma referência. Já em contrapartida não vejo que seja necessário mexer no Orçamento da Câmara no que respeita aquela proposta que aprovamos há pouco do aumento da possibilidade de transferências para as Juntas de Freguesia de 10 mil euros até 40 mil euros, acho que aquilo não tem efeitos nenhuns no que respeita ao Orçamento da Câmara Municipal, de maneira que não há necessidade de Revisão Orçamental nessa área.

Penso que dentro de tantos PARUs, PERUs e PAMUS, que se propõe a mobilidade, sempre no sentido da mobilidade, será a altura de se ver uma nesga de possibilidade de aumentar a mobilidade das pessoas mais carenciadas, que vivem no meio rural e que se querem deslocar a Mirandela e ir de Mirandela para casa, quer seja para tratar de um assunto, ou para ir a um Centro de Saúde ou até para frequentar as infraestruturas que a Câmara de Mirandela tem para os seus munícipes na cidade. Penso que era de inscrever qualquer verba nesse campo até porque os tais milhões que vêm aí referem isso, referem a mobilidade rural também e estamos a esquecer da mobilidade rural e quem vive nas aldeias sabe que isto é uma verdade, sabe que as pessoas não têm possibilidade de se deslocarem, não sou o único que já veio mais do que uma vez a Mirandela trazer pessoas ou para irem ao Hospital ou para irem tratar de um assunto qualquer, não sou o único.

O Contrato que vem anexado a esta Revisão Orçamental, que eu não sei se tem a ver com aquilo que foi aprovado há pouco, acabamos de aprovar a abertura de um concurso público e agora já aparece aqui o Contrato assinado, o concurso público parece-me que já foi feito, não sei.

Este é um Contrato que do ponto de vista jurídico, vai com certeza fazer jurisprudência e de tal maneira importante que se calhar vai para a área do direito da família, para o regime contratual dos casamentos e digo isto porque o primeiro outorgante compromete-se a prestar a necessária colaboração ao segundo outorgante, é o dever da fidelidade e o segundo outorgante, que é a Câmara Municipal de Mirandela, no âmbito do presente Contrato, rege-se pelos princípios de orientações técnicas ou de gestão que se encontrem ou venham a ser definidas pelo primeiro outorgante, isto é giro! O primeiro outorgante promete colaboração ao segundo outorgante e o segundo outorgante a fazer o que o primeiro outorgante manda.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu já referi que este assunto devia ter sido agendado antes do Ponto 4.5 porque se teria evitado esta confusão. No Ponto 4.5 foi aberto um concurso público para execução de uma obra, normalmente estes concursos não vêm à Assembleia Municipal, mas neste caso o facto de vir à Assembleia tem a ver com o facto de a dotação ultrapassar a dotação plurianual.

Isto acontece também porque quando foi apresentado o Orçamento, referi que não iria sobredotar o Orçamento com ilusões, muitas destas rubricas estavam no Orçamento dotadas apenas com um valor simbólico, para que se essas rubricas não tivessem financiamento não seriam executadas, aquilo que estamos hoje a fazer é ajustar o Orçamento em função dos compromissos que já temos estabelecidos.

O Contrato do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que vem anexo a esta Revisão não é um contrato de obra, é um Contrato de financiamento em que o primeiro outorgante dá, segundo condições 11 milhões de euros à Câmara Municipal e estou muito agradecido por isso, tentarei usar de forma adequada este Contrato e até mesmo “matrimonial” porque se me arranjam mais 11 milhões de euros “eu caso-me outra vez”.

Isto é um Contrato que tem de fundamentar a Revisão, porque quando se faz uma revisão e estando num Plano de Saneamento financeiro temos de explicar porque é que a fazemos.

Esta Revisão é fundamentada globalmente neste Contrato, mas temos o Parque Escolar, que neste momento iremos lançar as primeiras obras, até ao final do ano contámos ter a concurso 3,450 milhões de euros de obra em Parque Escolar, mas também tem intervenções na área de saneamento para as quais não tínhamos dotação e que foram reforçadas, também tem intervenções na área da mobilidade rural que estão a ser reforçadas e outro tipo de intervenções que neste momento estão a ser ajustadas em função dessa necessidade.

Tal como disse quando foi aprovado o Orçamento, a gestão orçamental a partir deste momento é feita de uma forma diferente, respondemos em função dos compromissos financeiros que vamos obtendo e não com base em futurologia.

O que estamos aqui hoje a apresentar é o documento de revisão em que acertámos os valores das necessidades em função dos valores que já temos de financiamento.

Em relação à mobilidade no meio rural, finalmente há uma “luz ao fundo do túnel” e deve-se ao Governo anterior, finalmente foi publicado o enquadramento legal que tem a ver com a mobilidade que possibilita a criação, que neste momento está a ser desenvolvida, de entidades locais de regulação dos transportes a dois níveis, municipal e intermunicipal, que vai passar para as autarquias a possibilidade de regular o transportes de passageiros, isto já está a ser trabalhado no âmbito da Associação de Municípios da Terra Quente que está a fazer esse trabalho para a CIM-TTM, está a ser trabalhado no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, a Câmara Municipal será responsável pelos transportes na área do seu concelho e será responsável, num contrato intermunicipal em conjunto com os outros Municípios da Comunidade Intermunicipal das terras de Trás-os-Montes, pela área de intervenção da Comunidade e até poderão ser constituídas entidades diferentes, isso vai-nos permitir algo que neste momento não nos era possível, vai-nos permitir definir as condições do transporte e do meio de transporte e vai-nos permitir uma coisa que é importantíssima neste momento, que é o transporte a pedido.

O transporte a pedido é hoje em dia o futuro daquilo que é o transporte em áreas de pouca densidade, que neste momento era impossível porque não está regulado e um dos trabalhos que estamos a realizar em conjunto é a plataforma do transporte a pedido, para que as pessoas possam recorrer a esse transporte, marcar e ir nos dias em que estão aceites.

Neste momento já transportámos muita gente do meio rural para a Piscina, mas é evidente que se esses transportes fossem feitos num conceito de regularidade, além das pessoas que vêm à Piscina Municipal poderiam vir outras pessoas com outras tarefas.

O nosso objetivo e está no nosso projeto estratégico da CIM-TTM, é termos um sistema de transporte a pedido implementado e estruturado no território que responda a estas necessidades.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 abstenção da CDU e 45 votos a favor, aprovar a 2.ª Revisão Orçamental de 2016, elaborada para inclusão dos valores inerentes aos investimentos constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Mirandela.

4.8 – Proposta de Regulamento do Programa Municipal de Ocupação dos Tempos Livres – “Verão Jovem”

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de junho de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Regulamento Municipal do Programa de Ocupação dos Tempos Livres - "Verão Jovem";**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal do Programa de Ocupação dos Tempos Livres - "Verão Jovem".

4.9 – Proposta de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de junho de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 abstenção da CDU e 45 votos a favor, aprovar o Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária do Município de Mirandela.

4.10 – Proposta de Regulamento do Mercado Municipal de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de junho de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Regulamento do Mercado Municipal de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *Cristina Passas* disse:**

Bom dia Exmo. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente, Vereadores, Senhores Deputados.

Todos nós temos questões que nos são mais caras, uns é a comunicação, outros é a cultura, a minha é a parte de economia e a parte do comércio. E sobre o Regulamento gostaria de congratular o Executivo pela proposta e pelas diligências, porque trabalhando eu naquele espaço há cerca de 15 anos, de facto aquele espaço tem problemas estratégicos muitíssimo graves e penso que este Regulamento irá em parte resolvê-los.

Gostaria também de deixar aqui mencionado o esforço e a proatividade que a Mircom tem implementado desde a Feira da Alheira, de facto o nosso comércio precisa, o nosso comércio merece e por isso gostaria de deixar muito bem evidenciado, quer as atividades da Feira da Alheira, quer a atividade que foi desenvolvida no âmbito da Páscoa, quer a atividade das Carretas Floridas que trouxeram mais ânimo a um tecido que precisa muito de ser apoiado.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 abstenção da CDU e 45 votos a favor, aprovar o Regulamento do Mercado Municipal de Mirandela.

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos contra, 5 abstenções e 34 votos a favor, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo:

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Fernando Mesquita* (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, público e Comunicação Social.

O assunto que aqui me traz hoje prende-se com o tema que está na ordem do dia, que tem a ver com os contratos de associação e o debate público entre a escola privada e a escola pública. É um debate legítimo e que deve ser feito, da mesma forma que é legítimo que todos os Governos tragam para a discussão pública esse assunto, todavia não é esse assunto que me motiva, porque tenho uma opinião própria sobre esse debate.

O que aqui me traz é tão só o caso concreto do Colégio de Torre de Dona Chama em duas vertentes, uma tem a ver com a questão económica e o desenvolvimento local e outra tem a ver com o ensino propriamente dito, o ensino público que existe na Torre de Dona Chama, que vai desde o pré-primário até ao secundário.

Nesse sentido passo a ler-vos a seguinte Moção:

“MOÇÃO

O Colégio de Torre Dona Chama foi criado há 39 anos com o objetivo de proporcionar uma oferta de ensino numa área geográfica sem cobertura de ensino público.

Localizado em Torre de Dona Chama, concelho de Mirandela, alargou sempre a sua área de influência a toda a região transmontana, nomeadamente aos concelhos limítrofes de Vinhais, Macedo de Cavaleiros e Valpaços.

Criado para colmatar as lacunas do ensino público, foi, e é uma referência educacional e, ao mesmo tempo, um elemento essencial no desenvolvimento económico e social da freguesia de Torre de Dona Chama e do concelho de Mirandela.

Assumindo-se como o maior empregador da freguesia, desempenha um papel fundamental no combate ao despovoamento e contribui, de forma significativa, para a afirmação da Vila de Torre de Dona Chama como uma referência urbana da sua área de influência geográfica.

O Colégio de Torre de Dona Chama assinou no ano de 2015 um contrato de associação com o Estado Português para o triénio de 2015/2018, assumindo esse mesmo contrato a possibilidade de abertura de turmas no início de ciclo, o que aconteceu.

A recente publicação do Despacho Normativo n.º 1-H/2016 e a aplicação retroativa, a esses contratos de associação, das alterações feitas ao Despacho Normativo n.º 7-B/2015, publicado na 2ª série do Diário da República n.º 88 de 07 de maio de 2015, vem por em causa as condições essenciais de funcionamento deste Colégio.

A aplicação destes novos critérios bem como as limitações geográficas fixadas irão determinar o total desequilíbrio deste estabelecimento de ensino e o conseqüente encerramento a curto prazo.

Assim,

Considerando que a região tem vindo a ser penalizada pelo encerramento de diversos serviços públicos;

Considerando a necessidade de combater o despovoamento e o envelhecimento da população com medidas de discriminação positiva que contrariem a depressão demográfica da região;

Considerando o papel essencial do Colégio de Torre de Dona Chama no desenvolvimento e sustentabilidade da freguesia e do concelho;

Considerando, também, a relevância do serviço público que presta a todas as freguesias do nosso concelho e dos concelhos limítrofes;

Considerando, ainda, a dimensão da empregabilidade do Colégio de Torre de Dona Chama e a importância que a manutenção desses postos de trabalho tem para a área geográfica da sua influência,

A Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama que, em reunião ordinária de 02 de maio de 2016, aprovou, por unanimidade, a presente moção, submete-a agora à apreciação e votação desta Assembleia Municipal no sentido de solicitar ao Sr Primeiro-Ministro e ao Sr Ministro da Educação a revogação imediata da aplicação do Despacho Normativo n.º 1-H/2016, dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação, publicado na 2ª série do Diário da República n.º 73 de 14 de abril de 2016, ao contrato de associação celebrado com o Colégio de Torre de Dona Chama e a suspensão da aplicação retroativa deste Despacho ao Despacho Normativo n.º 7-B/2015, este publicado na 2ª série do Diário da República n.º 88 de 07 de maio de 2015.

Desta moção deverá ser dado conhecimento a sua Excelência o Senhor Presidente da República, sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, sua Excelência o Senhor Ministro da Educação, Câmara Municipal de Mirandela, restantes Câmaras Municipais do distrito de Bragança e Vila Real, Assembleia de Freguesia, Colégio de Torre de Dona Chama e Órgãos de Comunicação Social.”

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos contra, 5 abstenções e 34 votos a favor, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo:

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Lúcia Costa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente e demais Membros da Assembleia o Grupo Municipal do CDS/PP, apresenta uma Moção de apoio e defesa do Colégio de Torre de Dona Chama, reforçando o já dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, que seguidamente passo a proferir:

“MOÇÃO

Pela defesa do trabalho efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo

O CDS/PP aproveita este momento da Assembleia Municipal de Mirandela para colocar em cima da mesa o debate sobre o papel das Instituições de Ensino Particular e Cooperativo na Educação.

Torre de Dona Chama tem uma longa história no que diz respeito ao ensino não Estatal que presta serviço público de educação. O CDS/PP considera que as escolas privadas são também ensino público, acreditamos na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que querem para os seus filhos.

Nos nossos concelhos temos uma escola que, não sendo do Estado, é da Comunidade. Falamos do Colégio de Torre de Dona Chama. Esta escola nasceu e cresceu, há 39 anos, numa zona do concelho onde não existia qualquer oferta de ensino propriedade do Estado. Durante anos fez um caminho de crescimento e de fortalecimento da Educação neste nosso território.

Mas esta escola tem uma característica única que é o Contrato de Associação estabelecido com o Ministério da Educação. Ou seja, embora sendo uma escola privada, faz oferta de ensino público, em vários concelhos limítrofes designadamente Macedo de Cavaleiros e Vinhais.

É unânime que o trabalho desenvolvido por esta escola é de grande qualidade. Isto está plasmado nas palavras de apoio que recebem dos pais e encarregados de educação, mas também das várias entidades existentes nas freguesias das quais provêm os seus alunos.

Depois de ter sido realizado o primeiro concurso público para a atribuição de turmas, que dava a estabilidade a estas escolas para se organizarem e prepararem o futuro. A execução destes contratos do Ensino Particular e Cooperativo constitui um ataque ao investimento efetuado e leva à extinção de muitas destas escolas, com consequente prejuízo aos alunos, às famílias e à comunidade, bem como o desemprego para os professores e funcionários.

E é toda uma região que fica mais pobre e com mais desemprego. Mas é especialmente uma freguesia que tem um núcleo de serviços e pequenos negócios ancorado nesta escola que vai morrer. Está em causa muito mais que uma penosa deslocação de alunos; é toda uma comunidade que é afetada.

Não podemos aqui deixar de alertar todas as forças políticas para este cenário que se nos apresenta. É demasiado grave para esta região, pois além de uma escola com prestígio que tem o Colégio de Torre de Dona Chama, é toda uma dinâmica cultural e económica, criada na freguesia de Torre de Dona Chama e vizinhas, num território com tão poucas alternativas Económico-sociais.

Assim, o Grupo Municipal do CDS/PP de Mirandela propõe que a Assembleia Municipal, delibere:

1. Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa do Colégio de Torre de Dona Chama;
2. Que, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, sejam dadas condições para que o Colégio de Torre de Dona Chama garanta o normal funcionamento;
3. Que seja dado conhecimento desta Moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República.

Subscvem esta Moção as Juntas de Freguesia de Torre de Dona Chama e Fradizela.”

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido (CDU) disse:**

Relativamente às Propostas apresentadas, eu considero uma questão ideológica e a minha ideologia defende o serviço público, eu acho que o serviço privado não deve ser pago pelos impostos dos contribuintes, votarei contra as duas Propostas.

----- A Moção em Defesa do Colégio de Torre de Dona Chama, mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 4 votos contra, 5 abstenções e 34 votos a favor:

- 1 – Aprovar a Moção em Defesa do Colégio de Torre de Dona Chama Moção;
- 2 - Solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro da Educação a revogação imediata da aplicação do Despacho Normativo n.º 1-H/2016, dos Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação, publicado na 2ª série do Diário da República n.º 73 de 14 de abril de 2016, ao contrato de associação celebrado com o Colégio de Torre de Dona Chama e a suspensão da aplicação retroativa deste Despacho ao Despacho Normativo n.º 7-B/2015, este publicado na 2ª série do Diário da República n.º 88, de 07 de maio de 2015;
- 3 - Dar conhecimento a sua Excelência o Senhor Presidente da República, sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, sua Excelência o Senhor Ministro da Educação, Câmara Municipal de Mirandela, restantes Câmaras Municipais do distrito de Bragança e Vila Real, Assembleia de Freguesia, Colégio de Torre de Dona Chama e Órgãos de Comunicação Social, do teor desta deliberação.

----- A Moção pela Defesa do Trabalho Efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo, mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 4 votos contra, 5 abstenções e 34 votos a favor:

- 1 – Aprovar a Moção pela defesa do trabalho efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo;
- 2 – Aprovar um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa do Colégio de Torre de Dona Chama;
- 3 - Que, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, sejam dadas condições para que o Colégio de Torre de Dona Chama garanta o normal funcionamento;
- 4 - Que seja dado conhecimento desta Moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República.

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções e 40 votos a favor, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo:

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

No passado dia 07 de maio, foi realizada uma escritura pública em Mirandela, da constituição de uma Associação Nacional das Assembleias Municipais. Tomaram parte nesta escritura a quase totalidade dos Senhores Presidentes das Assembleias Municipais do distrito de Bragança, também do concelho de Murça, do concelho de Machico e mais alguns Senhores Presidentes.

Esta Associação, segundo os seus estatutos simplistas como são sempre no início da constituição de uma figura associativa, prevê a inscrição de qualquer elemento que faça parte de uma Assembleia ou que seja do passado, que já não esteja em atividade.

Eu fiz a minha adesão a esta Associação, numa qualidade pessoal e individual, mas tenho aqui uma Proposta que vou ler, para a consideração desta Assembleia.

“Proposta

Tendo sido convidado a integrar a Associação Nacional das Assembleias Municipais, criada recentemente por escritura em Mirandela, venho propor a esta Assembleia Municipal de Mirandela que esta adesão, que podendo ser a título individual, de acordo com os seus estatutos, se faça agora na qualidade de Presidente desta Assembleia, garantindo assim futuras alterações aos atuais estatutos que mantenham a qualidade de associado fundador a todos os Presidentes das Assembleias de Mirandela com todas os direitos que tal condição vier a consagrar.”

Está lida a Proposta, se algum dos Senhores Membros antes de ser votada, quiser algum esclarecimento ou pedido de informação, da minha parte estou disponível.

-----A Proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia *José Manuel Pavão*, mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 3 abstenções e 40 votos a favor, aprovar a Proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal *José Manuel Pavão*.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Chegou ao meu conhecimento que a Senhora D. *Natividade Januário*, acaba de ser aposentada, que durante alguns anos serviu e apoiou com grande disponibilidade, quer este Secretariado, quer os restantes Membros da Assembleia e fê-lo sempre de um modo simpático, muito eficaz, foi uma pessoa de carácter muito convívil e a sua disponibilidade sempre a registámos com muito agrado e neste momento em que passou para uma fase importante da vida de cada um de nós, eu julgo que em nome da Mesa e seguramente, atrevo-me a isso, em nome de todos, desejarmos as maiores felicidades e naturalmente agradecer-lhe todo o serviço com que ela nos presenteou.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Fernando Mesquita* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 26 de junho na Torre de Dona Chama, vão ser realizadas as comemorações do 27.º Aniversário daquela vila, essas comemorações vão ter duas partes distintas, uma durante a manhã e outra durante a tarde. Durante a manhã teremos a inauguração do novo Posto Territorial da G.N.R., à tarde são as comemorações subordinadas ao tema “Os 40 anos do poder autárquico, democrático em Portugal”, aproveito para vos convidar para estarem presentes, estes acontecimentos são acontecimentos do concelho e só terão a projeção e a dignidade que merecem se tiverem a participação da população e dos seus representantes.

Quero aproveitar para vos dizer que o Programa dessas comemorações, por não estar ultimado não pode ser ainda distribuído, sê-lo-á segunda-feira, estas comemorações iniciam às 11.00 horas.

Espero vê-los lá a todos no próximo dia 26 às 11.00 horas.

----- O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Membros.

Eu raramente uso da palavra neste Ponto da Ordem de Trabalhos, porque entendo que sendo assuntos locais fundamentalmente e sei, tenho a certeza que a cidade não é grande e a Vereação conhece a cidade profundamente, todos os serviços da Câmara passam por ela, e portanto eu tenho quase a certeza que nunca irei descobrir nada que não tenha sido já inventariado e anotado.

Mas já aqui falei uma vez sobre a Central Rodoviária de Mirandela, porque eu sou um cliente frequente, quando das deslocações que faço para a minha cidade, francamente, eu sei que há problemas de quem é ou de quem não é, mas quem vem num autocarro, seja do estrangeiro ou seja de que país for e chega a Mirandela é a primeira impressão com que fica, quem depois vai querer ir-se embora leva a última impressão, e quer a primeira, quer a última são horrorosas.

Se pensarmos até, que dados os transportes rodoviários, neste longo curso obrigam os passageiros a aproveitar as paragens para frequentar as casas de banho, então faço um convite pessoal, vão lá, passem lá, não há torneiras, não há onde limpar as mãos, não há nada.

Senhor Presidente, peço-lhe encarecidamente dispense algum do pouco dinheiro que a Câmara tem, para fazer alguma coisa.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga*, (Independente pelo PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pegando na informação que deu a todo o Plenário, permita-me que deixe aqui expresso de uma maneira significativa, quanto à funcionária que acabou de se aposentar, a D. *Natividade Januário*, eu só tenho a dizer uma coisa, muito obrigado pela sua colaboração nesta Assembleia, pela forma afetuosa e sempre que foi necessário nos tratou e que acima de tudo tenha muita saúde nesta sua aposentação merecida.

E em saúde, permitam-me que coloque à Mesa desta Assembleia, eu sei que recentemente houve uma visita da Comissão Permanente desta Assembleia à U.L.S. do Nordeste, mais concretamente aqui ao nosso Hospital e gostaria de, se é que me podem adiantar e informar como é que decorreu essa visita, que aspetos positivos ou negativos, se puderam ou não puderam constatar, o que é que se vislumbra em tempos próximos, há obras ainda a decorrer não Urgência, espero que terminem o quanto antes, porque infelizmente e por motivos de saúde meus e de familiares muito próximos, tenho recorrido muitas vezes a este nosso Hospital e eu acho que francamente a Urgência neste aspeto embora transitório, é um constrangimento, mas que poderia e deveria ter sido acautelado mais um pouco, quer para os profissionais de saúde, quer para os utentes, porque já é um espaço por si exíguo, uma única casa de banho para todo o pessoal, para todo os utentes, não tem cabimento.

Outra coisa que constato, praticamente na Urgência não há um médico português a atender os doentes, que é feito dos nossos profissionais? Por quê esta opção só por profissionais estrangeiros?

Outra questão, peço-lhe Senhor Presidente da Câmara, quem em meu nome e em nome das pessoas que ali habitam, lembre-se do caminho público bem perto do Parque de Campismo da Maravilha, desde 2009 de forma escrita, tem vindo a ser pedido que componham este caminho, pois está cheio de buracos, silvas, não há valetas, Senhor Presidente veja lá aquilo que se pode fazer nesse caminho.

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:

Vou aqui falar sobre o Eixo Atlântico em que esse Eixo agrega 38 Municípios portugueses e galegos e Mirandela também faz parte desses Municípios.

“Eixo Atlântico classifica Emídio Gomes como “pior presidente” de sempre da CCDR-N

O secretário-geral do Eixo Atlântico acusou hoje Emídio Gomes de ser “o pior presidente que passou” pela Comissão de Coordenação da Regional do Norte e defendeu ser necessária uma auditoria para averiguar eventuais irregularidades na atribuição de fundos comunitários.

“A minha opinião de confronto com Emídio Gomes é conhecida porque eu considero que foi o pior presidente que passou pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e que a deixou no seu pior momento em todos os âmbitos”, afirmou Xoan Mao, secretário-geral do organismo que agrega 38 Municípios portugueses e galegos.

Em entrevista à Lusa, o responsável aconselhou mesmo o próximo presidente a mandar fazer “uma auditoria de todo o género e especialmente na parte ligada aos fundos” e que averigue a veracidade da “informação que circula” sobre “irregularidades” na sua atribuição.

Para além da auditoria, Xoan Mao espera que o próximo presidente “devolva à CCDR-N a dignidade que teve e o prestígio a nível europeu que tinha na época de Valente de Oliveira, Braga da Cruz, Carlos Lage ou Arlindo Cunha”.

“A CCDR-N era das instituições mais respeitadas e nível europeu. Hoje em dia não tem credibilidade”, criticou o secretário-geral do Eixo Atlântico que com a nova liderança espera ver posta em marcha “uma nova dinâmica da eurorregião” que engloba o Norte de Portugal e a Galiza.

Para Xoan Mao, durante o mandato do ainda presidente da CCDR-N Emídio Gomes “desapareceu” o relacionamento entre a região Norte e a Galiza, tendo sido “desvirtuadas” as reuniões da Comunidade de Trabalho.

Nos últimos três anos, desde que Emídio Gomes tomou posse, diz o responsável do Eixo Atlântico que “em termos de saúde não se avançou nada”, tal como ficaram a “zero” os temas da educação na eurorregião, das ligações ferroviárias do Minho e da necessária coordenação aeroportuária.

Ainda em críticas a Emídio Gomes, Xoan Mao defendeu que “o presidente da CCDR-N nunca devia ter sido escolhido por concurso”. Concurso este que, disse, “deveria ter sido transparente e não foi”.

“Na minha ótica, (o concurso) foi uma farsa” e “serviu para designar quem queriam”, salientou o dirigente que admitiu não ter percebido “a demora em exonerar-lo”.

Emídio Gomes foi, no início do mês, exonerado do cargo pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, depois da polémica em torno dos Planos Estratégicos de desenvolvimento Urbano (PEDU) que alguns Municípios recusaram assinar.

Para Xoan Mao, “o Governo português geriu muito mal este processo, fundamentalmente porque não reparou que estava a cair numa armadilha, montada por alguém muito esperto e com uma militância política e ambições políticas muito concretas”.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Gostava de dizer ao senhor Deputado *Faustino Cunha*, que se tiver a oportunidade de consultar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o Ponto 1.2 da Mobilidade Sustentável diz, Interface-Intermodal de Mirandela, é uma forma moderna de dizer Central de Camionagem de Mirandela, já está prevista essa intervenção.

Em relação ao caminho, neste momento estamos a trabalhar com as Juntas de Freguesia para se encontrar a melhor solução para resolvermos todos os problemas dos caminhos, esse caminho tal como outros irão ser intervencionados.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Em relação à questão levantada pelo Senhor Deputado *Carlos Fraga*, se porventura não tivesse dado prioridade, como é meu dever de estar aqui a presidir esta Mesa, o que me dá muito gosto e me hora, eu estaria a participar numa conferência vídeo com o Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos, que está muito preocupada com a questão que apresentou, da dispersão dos médicos, da sua colocação, do seu vazio do interior e da falta de médicos de família.

A este propósito lembro-lhe, que muito recentemente foi noticiado nos meios de comunicação social, que o Ministro da Saúde a quem compete estas decisões, vai contratar três centenas de médicos de família para as regiões do interior. Uma questão que é preocupante e que nos diz quase respeito a todos.

Devo lembrar que a propósito dos deveres da Comissão Permanente, que no ano passado em junho fez uma visita ao Hospital Público de Mirandela e ao Hospital Terra Quente, o relatório foi elaborado, deve ter sido divulgado e se não foi divulgado pode ser consultado sobre os aspetos conclusivos que os Senhores Membros que constituem essa Comissão terão verificado.

A verdade é que fomos confrontados com a realidade de encontrar o serviço de Urgência do Hospital da nossa terra, três médicos no Serviço de urgência de língua não portuguesa, mas que falavam o português com as limitações que estas questões impõem.

Lembrava-lhe que as Normas comunitárias permitem a livre circulação, é um problema que temos de enfrentar e conhecer.

Fez ontem uma semana que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, fez uma assembleia extraordinária nas instalações da Resíduos do Nordeste, aproveitava para sugerir uma visita a essa empresa que presta serviços de elevada qualidade, mas fizemos um debate sobre a questão do interior, convidando um jornalista do Público e um ilustre mirandense licenciado em economia, com um grande curriculum nesta matéria, exatamente para debatermos estes problemas. É que há grande dificuldade de contratar e de localizar alguns profissionais médicos e enfermeiros para nestas zonas, é essa realidade que temos.

Aproveito também para dizer que fizemos um contacto com a Unidade Local de Saúde do Nordeste, para visitarmos novamente os Hospitais da nossa terra, estamos à espera que o Presidente do conselho de Administração dessa Unidade Local nos diga e acertemos uma data, porque também nós em representação desta estrutura da nossa autarquia, que é a nossa Assembleia, estamos preocupados com essas realidades e queremos saber e poder ajudar a que os mirandenses e os nordestinos ou os brigantinos, no que respeita ao nosso distrito tenham as melhores condições de acesso à saúde e tenham melhor qualidade.

Todos nos devíamos consciencializar disso, aquela Moção que foi aprovada na nossa última Assembleia, sobre a questão da assistência aos diabéticos, não devia passar em branco, nem devia passar ao esquecimento pela sua distância, é que é muito importante, são 15 mil diabéticos que aqui estão, que têm acesso aos médicos de Clínica Geral e Familiar que fazem o que podem, mas não têm acesso aos médicos que num país europeu, num país que se pretende aos melhores níveis da saúde, não têm acesso aos médicos que tratam os diabéticos.

----- **A Senhora Manuela Gândara disse:**

Bom dia Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Membros desta Assembleia.

Estou a falar em nome de um grupo de mulheres de Mirandela, Grupo de Bordados, que levamos a cabo, com a colaboração da Câmara Municipal, uma exposição sobre Santo António. O Senhor Presidente da Câmara Municipal já referiu, mas a mim é-me obrigado dizer mais alguma coisa, porque os Senhores Presidentes de Junta representam as aldeias do concelho. Nessa exposição teremos fotografias das vossas igrejas, das imagens de Santo António e com a discrição iconográfica delas.

Também foi feito um levantamento das orações que são dedicadas a Santo António, entre outras tradições, tem ainda algumas imagens de Santo António, peças únicas, que nunca foram mostrados, onde se inclui uma coleção que foi oferecida anonimamente à Câmara Municipal de Mirandela há uns anos e que estava guardada. Essas imagens de Santo António pela primeira vez serão expostas ao público.

A nossa maior conquista foi: há mais de cem anos foi feito um poema de *Augusto Gil*, sobre Santo António, que é chamado “O passeio de Santo António”. Esse poema foi musicado para uma senhora e, essa música, também foi oferecida. Hoje está nos arquivos confidenciais da Biblioteca Nacional. Expliquei à Diretora concretamente e que pretendíamos que a escola de Música de Mirandela lhe desse vida. A qualidade da Escola de Música foi importante para que a pauta nos fosse disponibilizada. A Escola de Música, pela responsabilidade do Senhor Diretor *José Francisco* irá presentear-nos com a música e declamação.

É o nosso concelho que está ali nos Santos Populares. Contaremos com a presença do Senhor Bispo D. *José Cordeiro*. A inauguração é amanhã, 18 de junho, às 10.00 hrs., no Palácio dos Tavoras.

Gostaríamos de os ter lá.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 09 foi realizada uma assembleia-geral da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, na empresa Resíduos do Nordeste e eu gostava de reportar aqui na qualidade de Presidente da Câmara, mas também na qualidade de Presidente da Resíduos do Nordeste, a importância da realização dessa assembleia-geral e também daquilo que ela traduziu até pelas pessoas que estiveram presentes, neste caso as pessoas que foram convidadas a intervir.

Lamento e infelizmente é a realidade que temos na nossa região, que não tenha sido participada da forma como devia, mas não podia de deixar de manifestar aqui a iniciativa do ato e também da importância do debate.

Em relação à questão do Eixo Atlântico, o Senhor Deputado *António Figueiredo* referiu na sua intervenção, que a Câmara Municipal de Mirandela pertence ao Eixo Atlântico, as declarações do secretário-geral do Eixo Atlântico Xooan Mao, apenas lhe competem a ele. O Eixo Atlântico desmarcou-se automaticamente deste tipo de declarações através do Presidente *Ricardo Rio*, isto resultou de um problema pessoal que se estabeleceu entre o Professor *Emídio Gomes* e o secretário-geral, são acusações graves, que não deveriam ter sido proferidas e que serão objeto de análise na Assembleia que é realizada por todos os Municípios, somos 38 Municípios e Ajuntamentos, portugueses e espanhóis e este assunto será tratado, até porque a verdade é que o Professor *Emídio Gomes* recentemente foi objeto de uma exoneração, que do ponto de vista formal é extremamente grave porque ele quando foi exonerado, foi exonerado em defesa dos pequenos Municípios.

Hoje falámos muito nesta Assembleia sobre o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, quando foi negociado o PEDU todas as Camaras queriam mais dinheiro, houve um conceito que nos foi devidamente explicado, em que a distribuição do dinheiro era feita de acordo com o princípio de equilíbrio regional e aquilo que está no PROT – Programa Regional de Ordenamento do Território, cada cidade tem a sua classificação e de acordo com essa classificação as cidades tinham uma dotação.

A Área Metropolitana do Porto, que é constituída por 18 Municípios ficou com 57 % da dotação da região norte, o que significa que todos os restantes ficaram apenas com os restantes 43 %, ou seja, tem mais dotação a Área Metropolitana do Porto do que tem todo o resto da região.

Acontece que, entretanto, os grandes Municípios, Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Paredes e Valongo reclamaram desde o início, que tendo em conta um critério, que é o critério da população, deviam ser beneficiados e que os valores que estavam atribuídos não eram justos. Isso em primeiro lugar não é verdadeiro, porque nos outros locais houve uma harmonização dos valores entre os Municípios e houve isso também na Área Metropolitana do Porto e depois o que foi feito foi uma “negociata”, para atribuir 20 milhões de euros a esses seis ou sete Municípios.

Isto não é aceitável, num conceito de gestão de fundos do ponto de vista regional, quando a Área Metropolitana do Porto, se porventura fosse colocado no peso daquilo que são hoje os índices de convergência saíam da nossa NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais, isto é o Porto só tem fundos comunitários porque está na NUT de Trás-os-Montes e o critério de população a ser aplicado na atribuição dos fundos comunitários, imaginem o que é que vai acontecer!

O Professor *Emídio Gomes* recusou-se a assinar um processo de ajuste direto de fundos comunitários e assumiu a abertura de um concurso em que todos os Municípios poderiam concorrer e ir buscar mais essa dotação.

O que se passou é extremamente grave, o que se passou coloca em causa um conceito de solidariedade interinstitucional, neste processo em que se verificou esta situação, o Professor *Emídio Gomes* defendeu os interesses conjugados e comuns dos Municípios da região e principalmente dos Municípios que não estavam incluídos.

Gostava que ficasse registado nesta Assembleia a minha solidariedade neste processo em específico, principalmente ao nível daquilo que é mais uma vez privilegiar as regiões do litoral, que apenas beneficiam de fundos comunitários porque estão “encostados a nós” e aquilo que a CIM-TTM fez no último conselho regional e que foi assumido foi: Vamos separar as NUT’s, fazemos a NUT Área Metropolitana do Porto e depois vamos ver como é que as empresas que estão estabelecidas no Porto, vão concorrer aos fundos comunitários que neste momento estão disponíveis para essas mesmas empresas.

Quero agradecer à Assembleia e manifestar, em forma de encerramento, que eu termino sempre estas assembleias pedindo que se associem às atividades que vamos realizando, vamos ter a Feira do Mel e do Queijo em Pereira, vamos ter uma Exposição “Santo António em Mirandela – Da arte da memória... à arte das mãos”, que será inaugurada dia 18 de junho pelas 10.00 hrs., no Palácio dos Távoras, temos as Verbenas de Nossa Senhora do Amparo.

Teremos aqui neste Auditório dia 20 de junho, um Laboratório de Participação Pública, os laboratórios de Participação Pública é uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em parceria com a Agência Nacional Ciência e em colaboração com os Institutos Superiores Politécnicos, no sentido de debater temas de educação, que possam ser temas interessantes para serem desenvolvidos e que de certa forma esses temas sejam elementos de desenvolvimento regional. O primeiro tema que vai ser debatido é música e será debatido aqui neste Auditório às 17.00 hrs., teremos alguns convidados que irão participar, estará presente a Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Maria Fernanda Rollo*, que irá acompanhar os trabalhos deste Laboratório, entre outros convidados, teremos as atuações da Orquestra Sinfónica Esproarte e do Coro ESE-IPB e irá ser assinado o Protocolo de Cooperação “IPB-ESPROARTE”, para a criação em Mirandela do primeiro Curso Tecnológico de Música, isto é, a continuidade da Escola de Música através de ciclos seguintes.

O objetivo é fixar o Ensino Superior de Música em Mirandela, o objetivo é desenvolver o Ensino Superior de Música em Mirandela e fixar Mirandela como referência do ponto de vista do ensino musical e não só na nossa região, é um momento importante, é um momento de debate, em que cada um pode dar a sua opinião e do qual eu desafio todos a estarem presentes.

Dia 22 de junho, teremos aqui outro Laboratório, também estratégico para a nossa região e para a nossa cidade. O Laboratório será dedicado a Conteúdos e Comunicação Social, como sabem a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo é uma escola que tem um conjunto de equipamentos do ponto de vista tecnológico, temos estúdios de televisão, temos estúdios de fósforo verde, temos um conjunto de equipamentos nessa escola, que leva a que essa escola hoje tenha uma dotação tecnológica que lhe permite ir a outros níveis.

É o nosso objetivo trazer para Mirandela aquilo que a produção de conteúdos, deposição de conteúdos, isto é, temos agendas que têm de ser feitas na nossa região, a participação de todos é importante, a participação tem muito a ver com a questão de olharmos para estes setores e sermos nós também a divulga-los.

Peço àqueles que assim possam, àqueles que tenham disponibilidade e essa vontade, são processos importantes para o desenvolvimento estrutural de Mirandela e nesse sentido apelo à presença dos Membros da Assembleia.

No dia 18, será reaberta a Igreja da Misericórdia de Mirandela, julgo que é um momento de alegria, é uma igreja com algum simbolismo em Mirandela, foi um processo difícil, foram necessários muitos esforços para se conseguir dinheiro para se fazer o restauro, porque fazer as coisas é fácil, arranjar dinheiro para as fazer é que é difícil. É essa a nossa vontade e vai ser essa a nossa determinação, nesta e em outras situações.

6- 2.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*, disse:

Vamos passar ao último ponto, 2º período de Intervenção do Público, e perguntar se há algum Senhor Município que queira usar da palavra?

Não há.

Não havendo, cumprimento todos os Senhores Deputados, o Executivo e o público presente.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 13 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;

José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;

Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária;

Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa